

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E24 A educação no Brasil e no mundo [recurso eletrônico] : avanços, limites e contradições 5 / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020. – (A Educação no Brasil e no Mundo. Avanços, Limites e Contradições; v. 5)

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-85-7247-935-6
 DOI 10.22533/at.ed.356201701

1. Educação. 2. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 370

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Ítaca

Se partires um dia rumo à Ítaca

Faz votos de que o caminho seja longo repleto de aventuras, repleto de saber.

Nem lestrigões, nem ciclopes, nem o colérico Posidon te intimidem!

Eles no teu caminho jamais encontrarás.

Se altivo for teu pensamento

Se sutil emoção o teu corpo e o teu espírito tocar

Nem lestrigões, nem ciclopes

Nem o bravo Posidon hás de ver

Se tu mesmo não os levars dentro da alma

Se tua alma não os puser dentro de ti.

Faz votos de que o caminho seja longo.

Numerosas serão as manhãs de verão

Nas quais com que prazer, com que alegria

Tu hás de entrar pela primeira vez um porto

Para correr as lojas dos fenícios e belas mercancias adquirir.

[...] Tem todo o tempo Ítaca na mente.

Estás predestinado a ali chegar.

Mas, não apresses a viagem nunca.

Melhor muitos anos levars de jornada

E fundeares na ilha velho enfim.

Rico de quanto ganhaste no caminho

Sem esperar riquezas que Ítaca te desse. [...]

(KAVÁFIS, 2006, p. 146-147)

Freud, em *O mal-estar da civilização*, obra renomada e publicada em inúmeras edições, defende que a civilização é sinônimo de cultura. Ou seja, não podemos desassociar a funcionalidade cultural em organizar um espaço, determinar discursos e produzirem efeitos.

Por vivermos em tempos em que só o fato de existir já é resistir, seria ingenuidade, tanto de assujeitamento, quanto social, acreditar que a cultura não vem produzindo a resistência, principalmente na diferenciação social. Entre estudiosos, um dos pontos mais questionáveis, entre pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, é sobre o papel do professor como agente cultural, no espaço escolar, mas não podemos legitimar que a escola, bem como o professor, sejam os principais influenciadores. Há, no social, trocas dialógicas, enunciativas e discursivas que configuram e constituem o sujeito em meio sua adequação individual, ou seja, o acultramento perpassa por “muitas mãos”, instituições, sujeitos, ideologias que

atuam na formação estrutural.

De acordo com nossas filiações, determinamos culturas, determinamos não culturas, assim como afirma Bourdieu (1989), que responsabiliza essas legitimações aos próprios sujeitos que as vivem. Resistir seria, neste caso, transformar o mundo no qual estamos inseridos.

A escola precisa ser transformada, há muito tempo ela serve à legitimação da cultura dominante. É de fundamental relevância que a escola esteja cada vez mais próxima daqueles que são, de certa forma, o coração que a faz pulsar, da comunidade escolar que, ao garantir sua identidade cultural, cada vez mais se fortalece no exercício da cidadania democrática, promovendo a transformação da escola em uma escola mais humanizada e menos reprodutora, uma escola que garanta, valorize e proteja a sua autonomia, diálogo e participação coletiva. Assim, dentro dessa coletânea, buscou-se a contribuição do conceito de mediação como um possível conceito de diálogo para com as problemáticas anteriormente explicitadas.

O termo ensino e aprendizagem em que o conceito de mediação em Vigotsky (2009) dá início à discussão a uma discussão sobre mediação, que considera o meio cultural às relações entre os indivíduos como percurso do desenvolvimento humano, onde a reelaboração e reestruturação dos signos são transmitidos ao indivíduo pelo grupo cultural. As reflexões realizadas, a partir dos artigos propostos na coletânea, nos mostram que a validação do ensino da arte, dentro das escolas públicas, deve se fundamentar na busca incessante da provocação dos sentidos, na ampliação da visão de mundo e no desenvolvimento do senso crítico de percepção e de pertencimento a determinada história, que é legitimada culturalmente em um tempo/espço.

A escola precisa fazer transparecer a possibilidade de relações sociais, despertar e por assim vir a intervir nestes processos. Se deve analisar de maneira mais crítica aquilo que é oferecido como repertório e vivência artística e cultural para os alunos, bem como se questionar como se media estas experiências, ampliar as relações com a arte e a cultura, ao contrapor-se ao exercício de associação exercido muitas vezes pela escola nas práticas de alienação dos sujeitos diante de sua realidade.

Todos, no espaço escolar, atuando de maneira mais contributiva como lugar propício para ressignificação, mediação, produção cultural e diálogos culturais, que articulados junto a uma política cultural democrática podem vir a construir novos discursos que ultrapassam os muros que restringem a escola a este espaço de dominação, legitimado pelo atual sistema. A escola, dentro desta perspectiva, passa a ser concebida como um espaço de dupla dimensão. Dentro desta concepção, os processos de mediação potencializam a práxis de um pensamento artístico e cultural. É, atuando atrelado ao cotidiano, em uma perspectiva de mediação, que parte destes pressupostos apresentados que a escola passa a adquirir um carácter de identidade, resistente à homogeneização cultural. A escola pode causar novas

impressões, pode abrir seu espaço para novos diálogos e conversações.

É preciso, no entanto, despertar esta relação, desacomodar-se do que é imposto. Muitos são os fatores que teimam em desmotivar, no entanto, está longe desta ser a 90 solução para um sistema educacional que precisa de maneira urgente ser repensado. Ao acompanhar a ação nestas escolas, foi impressionante observar como a movimentação contagiava todos, até mesmo aos que observavam a movimentação e curiosos passavam pelo espaço, alunos de outras turmas apareciam para ajudar e tudo era visto com grande expectativa. Os alunos que participaram do processo aparentavam estar realmente coletivamente envolvidos, e isso pode ser observado nos depoimentos. O movimento observado na montagem, na realização da exposição e na ação educativa foi surpreendente e demonstra que a escola carrega realmente consigo algo muito precioso, que é pouco valorizado, o cotidiano real, o qual não está incluso em documentos, a parte viva da escola.

A presente ação demonstrou que a escola pode tomar rumos diferentes dos quais ela é designada pelo sistema. Aponta que um destes caminhos é apostar nos processos de mediação cultural que partam do cotidiano dos sujeitos que constituem este espaço. Assim, os processos de mediação cultural atrelados ao conceito de cotidiano não documentado atuam como exercício de partilha do sensível e colaboram na formação da práxis de um pensamento artístico e cultural. Esta concepção aqui analisada remete à tomada de uma nova postura frente ao ensino da arte e a concepção de espaço escolar assinala à construção de narrativas que possam contribuir para a construção de uma escola menos determinista e mais humanitária. Ao se realizar uma ação como esta proposta, o espaço escolar permite uma participação ativa e democrática entre seus autores, possibilitando a troca de vivências e experiências na comunidade escolar, promovendo um diálogo que potencializa a produção cultural dos alunos. A mediação dos trabalhos pelos alunos foi, segundo os depoimentos, algo muito rica e satisfatória para eles, os quais se mostraram maravilhados ao poderem partilhar de suas criações e apresentá-las à comunidade escolar.

Na ação educativa os alunos mediam o processo criativo e estes momentos de mediação, em absoluto, se configuraram como exercícios de partilha do sensível, que carregados de significados possibilitam a troca e o contato com o outro. Diante do que aqui se faz exposto, nada se tem a concluir como algo pronto e acabado, assim o que se faz é concluir uma etapa, que se transformará em múltiplas possibilidades de novos fazeres, desta teia de retalhos cabe, por agora, apreciar a parte que foi tecida e refletir, para sem muito tardar, sair em busca de outros retalhos que possa quiçá, um dia, tornar-se uma trama densa da práxis educativa e artística.

Boa leitura!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SEXUALIDADE, DISCURSO TRADICIONAL E RESISTÊNCIA: UM EMBATE ENTRE FEMINISMO E A FAMÍLIA POR UMA ÓTICA FOUCAULTIANA	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Heitor Messias Reimão de Melo Paulo Rennes Marçal Ribeiro Maria Regina Momesso Débora Cristina Machado Cornélio Andreza de Souza Fernandes Monica Soares Carlos Simão Coury Corrêa Valquiria Nicola Bandeira	
DOI 10.22533/at.ed.3562017011	
CAPÍTULO 2	20
INGRESSO DE JOVENS NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: EXPERIÊNCIAS DE ACOLHIMENTO	
Itagiane Jost Marcele Homrich Ravasio	
DOI 10.22533/at.ed.3562017012	
CAPÍTULO 3	32
ISOMERIA <i>CIS-TRANS</i>: EMPREGO DE PALAVRAS CRUZADAS COMO RECURSO DIDÁTICO	
Antônio Marcelo Silva Lopes Meyriãne Silva Lopes Sérgio Bitencourt Araújo Barros Francisco de Assis Araújo Barros	
DOI 10.22533/at.ed.3562017013	
CAPÍTULO 4	43
LEI DOS GRANDES NÚMEROS: DEMONSTRAÇÃO APLICADA AO ENSINO	
Julia Pereira Manenti Ana Cristina de Castro Zedequias Machado Alves	
DOI 10.22533/at.ed.3562017014	
CAPÍTULO 5	46
LEITURA E ESCRITA ENQUANTO OBJETOS SIGNIFICATIVOS E AFETIVOS: TEORIA E EXPERIÊNCIA	
Raimundo Nonato de Oliveira Falabelo Elielton Brandão Serrão Paula Soares Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.3562017015	
CAPÍTULO 6	56
LESEX: LIGA DE EDUCAÇÃO SEXUAL	
Beatriz dos Santos Melo Beatriz Silva de Souza	

Carolina Habergriç Folino
Lucas Rodrigues Tovar
Thainá Gulias Oliveira
Débora de Aguiar Lage

DOI 10.22533/at.ed.3562017016

CAPÍTULO 7 68

LETRAMENTO DIGITAL NO CURSO DE ARTESÃ E BORDADOS: UMA AÇÃO DE ESTÁGIO DENTRO DO PROGRAMA MULHERES MIL DO IFRN

Edna Maria da Silva Araújo
Edícia Mariana de Moura Pereira
Diego Silveira Costa Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.3562017017

CAPÍTULO 8 82

LETRAMENTO NO ENSINO FUNDAMENTAL II: DA LEITURA EXTRACLASSE À PRODUÇÃO TEXTUAL

Adriana Ferreira de Souza

DOI 10.22533/at.ed.3562017018

CAPÍTULO 9 88

LIBERDADE DE EXPRESSÃO OU DISCURSO DE ÓDIO: TOLERAR OS INTOLERANTES?

Morgana Rodrigues
Anna Beatriz Brandelero Giacomini
Rodolfo Denk Neto

DOI 10.22533/at.ed.3562017019

CAPÍTULO 10 100

MATEMÁTICA E INCLUSÃO SOCIAL: CURSO BÁSICO PARA CONCURSO

Adriana de Oliveira Dias
Exayne Santos Mourão

DOI 10.22533/at.ed.35620170110

CAPÍTULO 11 105

MULTIPLICAÇÃO NA HORTA: UM MODELO DE PRÁXIS EDUCATIVA

Robson Damasceno da Silva
Maria Eliana Soares

DOI 10.22533/at.ed.35620170111

CAPÍTULO 12 110

NAS SAIAS DE IEMANJÁ: VOZES E SABERES POÉTICOS DO FEMININO NA EDUCAÇÃO SENSÍVEL UMBANDISTAS NA AMAZÔNIA

Denise Simões Rodrigues
Lívia Cristina Fonseca de Araújo Faro

DOI 10.22533/at.ed.35620170112

CAPÍTULO 13	120
O CADERNO VIRTUAL NO CONTEXTO DE LIBRAS NA FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS	
Keila Moura Grassi	
DOI 10.22533/at.ed.35620170113	
CAPÍTULO 14	132
O ENSINO DA ARTE – UM DESAFIO NO ATUAL CONTEXTO	
Márcia Lenir Gerhardt Pedro Henrique Graeff Machado Mateus Silva do Carmo	
DOI 10.22533/at.ed.35620170114	
CAPÍTULO 15	143
O ENSINO DE QUÍMICA: UM OLHAR INVESTIGATIVO EM ALUNOS DE GRADUAÇÃO	
Tiago Barboza Solner Liana da Silva Fernandes Leonardo Fantinel	
DOI 10.22533/at.ed.35620170115	
CAPÍTULO 16	152
O LÚDICO COMO RECURSO METODOLÓGICO NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Vanussa Sampaio Dias da Silva Ingrid Cibele Costa Furtado	
DOI 10.22533/at.ed.35620170116	
CAPÍTULO 17	170
O LUGAR DAS DISCIPLINAS PEDAGÓGICAS NA FORMAÇÃO DOS LICENCIANDOS EM EAD	
Maria Letícia Cautela de Almeida Machado	
DOI 10.22533/at.ed.35620170117	
CAPÍTULO 18	182
O MÉTODO TOTAL PHYSICAL RESPONSE (TPR) NO ENSINO DE INGLÊS PARA CRIANÇAS (LIC): CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATMOSFERA MOTIVACIONAL POSSIBILITADA	
Monique Vanzo Spasiani	
DOI 10.22533/at.ed.35620170118	
CAPÍTULO 19	198
O PIBID E O USO DOS RECURSOS DIDÁTICOS/TECNOLÓGICO NA SALA DE AULA	
Eronice Rodrigues Francisco Sandra R. Hermes dos Santos Sérgio S. S. Filho	
DOI 10.22533/at.ed.35620170119	

CAPÍTULO 20 203

O PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL:
O PAPEL DA INCLUSÃO DIGITAL

Anderson Barros da Silva
Geni Emília de Souza

DOI 10.22533/at.ed.35620170120

CAPÍTULO 21 220

O PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA COMO SUJEITO CAPAZ DE INTERVIR
NAS INJUSTIÇAS E PRECARIZAÇÕES DAS INFÂNCIAS, ADOLESCÊNCIAS E
JUVENTUDES EMPOBRECIDAS

Gabriela Fernanda do Carmo
Janaína Augusta Neves de Souza

DOI 10.22533/at.ed.35620170121

CAPÍTULO 22 235

O TRABALHO COM A GEOMETRIA PLANA NO ENSINO FUNDAMENTAL:
EXPERIMENTAÇÕES COM MATERIAIS MANIPULATIVOS E RECURSOS
TECNOLÓGICOS

Natasha Inês Buche
Carolina Hilda Schleger
Jeverton Iedo Dorr
Tanise da Silva Moura
Vanessa Volkweis Rodrigues
Elizangela Weber
Mariele Josiane Fuchs
Julhane Alice Thomas Schulz

DOI 10.22533/at.ed.35620170122

CAPÍTULO 23 245

O USO DE DIFERENTES ALTERNATIVAS PARA O ENSINO- APRENDIZAGEM EM
BIOLOGIA

Terezinha Tronco Dalmolin
Márcia Lenir Gerhardt
Pedro Henrique Graeff Machado

DOI 10.22533/at.ed.35620170123

CAPÍTULO 24 253

O USO DO LÚDICO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE
DIFERENTES FITOFISIONOMIAS EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO
MÉDIO NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT

Caroline Xavier da Conceição
Áquila Pereira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.35620170124

CAPÍTULO 25 259

PERCEPÇÃO DOS DOCENTES QUANTO A INFLUÊNCIA DO ESPAÇO ESCOLAR
NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Gislaine Maria Lente Franco
Elisangela de Oliveira Silva
Marinalva Pereira dos Santos

Silvana Mara Lente
Odenise Jara Gomes
Solange Teresinha Carvalho Pissolato
Vania de Oliveira Silva
Elivania Toledo Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.35620170125

CAPÍTULO 26 268

**PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE O ATRASO NA LEITURA E ESCRITA
DOS ALUNOS EM ANOS INICIAIS DE UMA ESCOLA MUNICIPAL**

Cecilma Miranda de Sousa Teixeira
Brauliene Araújo Neves
Francisco Hudson Coelho Frota

DOI 10.22533/at.ed.35620170126

CAPÍTULO 27 275

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARTICIPATIVO (PEP) SOB A PERCEPÇÃO
DISCENTE QUANTO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS VALIDADOS EM UMA
INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Marinalva Pereira dos Santos
Solange Teresinha Carvalho Pissolato
Silvana Mara Lente
Vania de Oliveira Silva
Elisangela de Oliveira Silva
Odenise Jara Gomes
Elivania Toledo Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.35620170127

CAPÍTULO 28 288

PARA QUE SE ESCREVE NA ESCOLA?

Leonarlley Rodrigo Silva Barbosa
Maria Alice de Sousa Carvalho Rocha

DOI 10.22533/at.ed.35620170128

CAPÍTULO 29 297

**PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA A FORMAÇÃO INTEGRAL DE
DISCENTES DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS DO INSTITUTO FEDERAL
FARROUPILHA *CAMPUS* JAGUARI**

Fernanda Lavarda Ramos de Souza
Ricardo Antonio Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.35620170129

SOBRE A ORGANIZADORA..... 307

ÍNDICE REMISSIVO 308

O PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: O PAPEL DA INCLUSÃO DIGITAL

Data de aceite: 06/01/2020

Data de submissão: 19/10/2019

Anderson Barros da Silva

Graduado em Gestão de Recursos Humanos e Psicologia (Bacharelado) pela Universidade Cruzeiro do Sul. Licenciado em Pedagogia pela Universidade Cidade de São Paulo. Especialista em Educação a Distância e Mestrando em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Cruzeiro do Sul
Universidade Cidade de São Paulo – UNICID, São Paulo – SP. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0216402976395965>

Geni Emília de Souza

Graduada em Serviço Social (Centro Universitário UniFMU-SP), Mestre em História Econômica (FFLCH- USP), Especialista em Violência Doméstica contra a Criança e Adolescente VDCA (LACRI/IPUSP), Especialista em Informática na Educação ((Universidade Cruzeiro do Sul).
Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL, São Paulo – SP. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6414434352749200>

RESUMO: Dentre os vários aspectos ligados à inclusão social, elegeu-se como objeto desta investigação o papel ocupado pela inclusão digital de pessoas com deficiência visual, devido à sua relevância social e necessidade de abordar o tema, buscando-se compreender os possíveis impactos na vida dos sujeitos

com essa deficiência, a partir das perspectivas teóricas que se debruçaram e que permitem compreender essa realidade. O percurso metodológico passou pelo levantamento bibliográfico, seguido de uma revisão da literatura pertinente ao tema pesquisado. A análise pauta-se nos conceitos desenvolvidos por Sawaia (1999), Martin-Baró (2003) e pela legislação brasileira. O presente estudo teve como objetivo analisar metodologicamente o papel da inclusão digital no processo de inclusão social de pessoas com deficiência visual, a partir de uma visão sociocultural comprometida com a promoção da cidadania. As tecnologias assistivas colaboram para a inclusão digital de pessoas com deficiência visual, o que possibilita a sua inclusão social. Como resultado, constata-se que a inclusão digital é um forte constituinte e garantidor da inclusão ou exclusão social, embora haja a necessidade de produzir novas pesquisas qualitativas e quantitativas, nas quais se busque compreender a efetividade do processo de inclusão digital no processo de inclusão social das pessoas com deficiência visual, na perspectiva desses sujeitos e a sua representatividade nos dados estatísticos.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão social, inclusão digital, deficiência visual, tecnologias assistivas.

THE PROCESS OF SOCIAL INCLUSION OF PERSONS WITH VISUAL DISABILITY: THE ROLE OF DIGITAL INCLUSION

ABSTRACT: Among the various aspects of social inclusion, was elected as the object of this research the role occupied by the digital inclusion of people with visual impairment due to their social relevance and the need to address the issue, seeking to understand the possible impacts on the lives of individuals with this deficiency, from the theoretical perspectives that have studied and allow us to understand this reality. This was literature. The analysis staff on the concepts developed by Sawaia (1999), Martin-Baro (2003) and by Brazilian law. This study aimed to analyze methodologically the role of digital inclusion in the process of social inclusion of people with visual impairment, from a sociocultural vision committed to the promotion of citizenship. Assistive Technologies collaborate to the digital inclusion of people with visual impairments, enabling social inclusion of these people. As a result, it appears that digital inclusion is a strong constituent and guarantor of inclusion or social exclusion, although there is the need to produce new qualitative and quantitative research, in which seeks to understand the effectiveness of the process of digital inclusion in the inclusion process social of people with visual disabilities, in view of these subjects and their representation in statistical data.

KEYWORDS: social inclusion, digital inclusion, visual impairment, assistive technologies.

1 | INTRODUÇÃO

O processo de globalização, também conhecido como mundialização dos capitais, trouxe consigo novos paradigmas e conceitos, que cobram da sociedade novas formas de inserção social. Neste mundo globalizado, a informação está a apenas um clique, no entanto, deve-se pensar o papel da inclusão digital de pessoas com deficiência visual no processo de inclusão social, pois os sujeitos com deficiência visual não podem ser ignorados ou negligenciados no cenário atual.

Além disso, devem-se analisar sistematicamente os caminhos a serem percorridos, para que se possa promover a cidadania de forma efetiva, sem que se inicie um processo de inclusão perversa, que sustenta ideologias violentas no encobrimento da violência perpetrada na dialética da inclusão/exclusão, que por muitas vezes ocorre conjuntamente (SAWAIA, 1999).

A partir da análise sistemática dos dados, poder-se-á, por fim, pensar novas estratégias de desenvolvimento social e educativo.

Embora Morcelli e Seabra (2014), considerem que diversas pesquisas recentes estejam sendo produzidas na área, devido a necessidade e tamanha importância do tema, percebe-se uma carência igualmente grande de materiais significativos que abordem o assunto de forma clara e satisfatória em língua portuguesa. Pode-se

pensar que o entrave possa existir no uso da tecnologia, ou apenas nas dificuldades de inserir sujeitos cegos no uso das tecnologias, no entanto, é necessário considerar o processo sócio-histórico do país e seus desdobramentos na construção da cidadania e identidade social da população em geral.

Para que se possa tratar o tema de forma satisfatória, é necessário analisar a forma como o processo de inclusão digital é tratado frente à inclusão social e conseqüentemente, analisar o papel da inclusão digital de deficientes visuais na promoção da cidadania. Entretanto, devem-se observar os reais resultados na prática social e nas vidas dos sujeitos participantes.

Sendo assim, deve-se verificar se os resultados são de fato de valor positivo na vida do sujeito ou se apenas contribuem para manutenção da ideologia dominante, utilizando-se dados das pesquisas nacionais publicadas.

Os objetivos específicos do trabalho de pesquisa em questão versam sobre uma melhor compreensão das dificuldades e necessidades existentes no processo de inclusão digital de pessoas com deficiência visual, visando à promoção da cidadania.

É necessário observar quais são os obstáculos a serem superados para que a inclusão ocorra de forma efetiva e não seja um processo que reafirme a exclusão, ou seja, para que não ocorra uma inclusão perversa (SAWAIA, 1999).

Além disso, deve-se observar o papel da inclusão digital no processo de inclusão social, uma vez que, o processo de globalização avança de forma cada vez acelerada, solicitando à sociedade, cidadãos bem preparados para as novas demandas, não podendo o sujeito cego ser excluído do sistema social.

Essa é uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, pois se considera que seja a mais adequada para tratar a questão, devido à escassez de materiais publicados no Brasil sobre o tema.

Buscou-se analisar metodologicamente o papel da inclusão digital no processo de inclusão social de pessoas com deficiência visual, a partir de uma visão sociocultural comprometida com a promoção da cidadania.

Para que seja possível abordar o papel da inclusão digital no processo de inclusão social de pessoas com deficiência visual, enquanto prática de cidadania é necessário fundamentar as bases de pesquisa, muito embora, é possível se perceber a necessidade de tratar o tema justamente pelo fato de pouco material ter sido produzido em língua portuguesa.

Este trabalho é organizado em seções. A seção 2 apresenta os aspectos históricos acerca da deficiência. A seção 3 aborda a dialética inclusão / exclusão a partir dos pressupostos teóricos de Sawaia (1999) e Martin-Baró (2003).

Na seção 4 será discutido o processo de inclusão digital de pessoas com deficiência visual, partindo-se de um contexto mais amplo para abordar de forma satisfatória como esse processo ocorreu e ocorre no Brasil, destacando-se o papel

das tecnologias assistivas.

Por fim, são apresentadas as considerações finais e as referências que deram sustentação a esse trabalho.

2 | ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE A DEFICIÊNCIA

“Há aqueles que lutam um dia; e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam muitos dias; e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam anos; e são melhores ainda;
Porém há aqueles que lutam toda a vida; esses são os imprescindíveis” (Bertolt Brecht).

De acordo com Amiralian (1986), no percurso histórico da humanidade, as pessoas com deficiência têm percorrido caminhos tortuosos, com diversos obstáculos e limitações sociais, ou seja, restrições que ultrapassam as condições físicas e psíquicas do sujeito, pois os entraves que dificultam a aceitação social das pessoas com deficiência ao longo da história se deram, e se dão, no âmbito biopsicossocial. Biológicas por causa das limitações físicas dessas pessoas, psicológicas e sociais porque se deve considerar o psiquismo e as interações sociais estabelecidas na produção de sentido para o que se compreende como deficiência, bem como o papel social das pessoas com essas condições.

Amaral (1995), aponta que há algum tempo, existe uma tendência entre diversos autores em considerar a necessidade de compreender o contexto no qual a situação do deficiente emerge, necessidade essa que está para além da compreensão do conceito, por considerarem que toda deficiência é social. Entretanto, essa é uma consideração atual e nem sempre foi assim.

Os registros históricos comprovam que as pessoas com deficiência foram excluídas e segregadas socialmente por muito tempo, sendo que nos dias atuais ainda se evidencia os processos de exclusão por meio da discriminação e preconceito que essas pessoas sofrem.

Embora não haja registros do modo como os sujeitos com deficiência viviam e eram tratados na pré-história, considerando-se as condições físicas e climáticas da época, pode-se inferir a inexistência de abrigos que os protegesse durante os dias e as noites, de modo que as pessoas estivessem expostas ao calor e a frio intensos.

A escassez e o fato de não se cultivar alimentos obrigava as pessoas a caçarem e a mudarem periodicamente. A caça fornecia não somente o alimento, que deveria ser cultivado durante o inverno, mas também como material para proteção ao frio.

A partir da manifestação da inteligência, o homem demonstrou ser um sujeito gregário, inicialmente sugeriram os pequenos grupos de caça, até que preocupados com a sobrevivência, saúde e segurança dos membros do grupo, surgiram as tribos.

Todavia, considera-se que devido às condições ambientais, a sobrevivência das pessoas com deficiência nesse período fosse impossível, pois além das atividades de caça, pesca e colheita de frutos, folhas e raízes, havia a necessidade de deslocamentos constantes, em busca de melhor ambiente para viverem.

Sendo assim, essas pessoas eram percebidas como um fardo para o grupo. Dessa forma, se desfazer das crianças que nasciam com deficiência era prática comum em certas tribos, pois somente os mais fortes sobreviviam. Com o passar do tempo, essas pessoas continuaram a ser percebidas como obstáculos para a sociedade (AMARILIAN, 1986).

De acordo com Silva (2010), o Egito antigo é uma exceção, pois há evidências arqueológicas que fazem referência ao fato de que as pessoas com deficiência estavam presentes nas diferentes hierarquias sociais. Entretanto, nas demais civilizações, Grécia e Roma antiga, por exemplo, o abandono e sacrifício dessas pessoas eram práticas comuns. As crianças que não eram sacrificadas ficavam escondidas.

Na Idade Média, existia uma ambiguidade no modo como as pessoas com deficiência eram vistas e tratadas. Ora a ideia de castigo divino era utilizada para justificar a condição dessas pessoas, ora atribuía-se a elas poderes especiais.

Foi durante o reinado de Luís IX (1214 – 1270), que foi criado o primeiro hospital para pessoas cegas, o Quinze-Vingts (15 x 20 = 300), em referência ao número de soldados que retornaram cegos da Sétima Cruzada (SILVA, 2010).

Durante o século XIX, no Instituto Nacional dos Jovens Cegos de Paris, Charles Braille (1809 – 1852) desenvolveu o sistema de escrita padrão utilizado por pessoas cegas até os dias atuais, o BRAILLE, após ter seu pedido de aperfeiçoamento do sistema de escrita noturna, negado por Charles Barbier ¹(1764 – 1841).

A criação do sistema Braille, em 1829, inaugurou “a era moderna” da história das pessoas cegas, promovendo uma verdadeira revolução no processo de ensino e aprendizagem dos cegos. A partir de então, a institucionalização da educação e da profissionalização dos cegos ganhou impulso, e o Braille se configurou como a forma mais efetiva de escrita e leitura para pessoas cegas. No entanto, a progressiva proliferação das instituições especializadas em educação de cegos em todo o mundo, por si só, não lhes garantiu integração na sociedade, acesso a direitos, nem fim do preconceito e do estigma associado à cegueira (JÚNIOR; MARTINS, 2010, p.28).

Nas Idades Moderna e Contemporânea, muitos foram os avanços quanto ao processo de inclusão social das pessoas com deficiência, por conta disso, este trabalho concentrar-se-á nos estudos que tratam sobre a deficiência visual e o processo de inclusão dessas pessoas.

¹ Charles Barbier desenvolveu o código de comunicação noturna a pedido de Napoleão. O código deveria ser utilizado para transmitir mensagens à noite durante as batalhas, mas foi rejeitado pelos militares por ter sido considerado complexo demais.

A frase em epígrafe declara que há lutas diárias, mensais e anuais e que essas lutas tornam os sujeitos muito bons e melhores ainda, do que eram antes delas. Porém há ainda, aqueles que lutam e lutarão por toda a vida e, por isso, podem ser chamados de imprescindíveis, de excepcionais.

Entretanto, não se deve esquecer que, apesar dessas lutas, essas pessoas são pessoas, cidadãos e cidadãs de direito, que merecem ser conhecidas e para conhecê-las, é necessário compreender o caráter dessas lutas, nas quais, de modo mais ou menos violento, se encontra a exclusão que os marca e os marcará para sempre e, por conseguinte, o seu desdobramento, que nem sempre é uma inclusão.

3 | A DIALÉTICA INCLUSÃO / EXCLUSÃO SOCIAL

“Do rio que tudo arrasta se diz que é violento. Mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem” (Bertolt Brecht).

De acordo com Sawaia (1999), a inclusão social pode ser compreendida como a transmutação do processo de exclusão. Portanto, para que se possa falar do processo de inclusão, a qual os deficientes visuais estão submetidos dentro da lógica social, torna-se necessário compreender o seu desdobramento, ou seja, o processo de exclusão social.

Sobre a exclusão, Sawaia (1999, p. 9), reflete que:

[...] é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema.

Dessa forma, entende-se a inclusão como forma constituinte da exclusão, uma vez que só existe como processo oposto ao primeiro, portanto, dependente da exclusão, que está para além das desigualdades sociais.

Segundo Sawaia (1999), em lugar da exclusão, existe uma dialética inclusão/exclusão, que produz subjetividades específicas, que poderão revelar sentimentos de inclusão ou até de discriminação e revolta, de modo que a determinação econômica não dará conta de explicar essas subjetividades, uma vez que, são determinadas e determinam diferentes formas de legitimação social e individual em suas manifestações de identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência que se manifestam no cotidiano, ou seja, nas relações sociais.

Pode-se então inferir que para determinar se um processo é efetivamente inclusivo, deve-se buscar conhecer as perspectivas e vivências dos sujeitos aos

quais esse processo se destina, dando-lhes recursos para que possam analisar o binômio inclusão/exclusão como um processo complexo.

Nesse sentido, Martin-Baró (2003), aponta para a urgência em perceber o que definiu como violência estrutural, que para o autor é a violência que deriva da estrutura social e da forma como a sociedade organiza os meios de produção e consumo. Segundo o autor, a valorização social ou justificação, são definidas como o valor atribuído a um ato, de modo que seja aceito em determinada sociedade ou funcione como justificativa para este, influencia na percepção dos sujeitos e dificulta o processo reflexivo.

Sawaia (1999, p. 8), enfatiza que esse binômio não é em si subjetivo nem objetivo, individual nem coletivo, não sendo também racional nem emocional. Mas “*é processo sócio-histórico, que se configura pelo recalçamento em todas as esferas da vida social, mas é vivido como necessidade do eu, como sentimentos, significados e ações*” (1999:8).

Uma vez recalcado, esse conteúdo deve ser ressignificado. Entretanto, de acordo com Martin-Baró (2003), a estrutura do ato tem em si amplitude, de modo que o ato pode ou não ser percebido como violento, sendo que o que determina o caráter agressivo do ato não é o uso de força física, mas a presença da opressão e a submissão que ele condiciona para atingir determinada finalidade.

Ao resgatar a frase em epígrafe com base nesse pensamento, pode-se pensar que o rio que tudo arrasta é a expressão da violência, a ação, a força física, o ato violento. Enquanto que, pelas margens que o comprimem, se compreende a maneira como a sociedade se estrutura, se organiza, na qual está presente a opressão social e submissão dos sujeitos excluídos.

Sendo assim, pode-se pensar que se o processo de inclusão não considerar o sujeito em sua inteireza, de modo a permitir a práxis, mas ao invés disso condicione a uma submissão, esse caracterizar-se-á por uma inclusão perversa, que inclui para excluir.

4 | INCLUSÃO DIGITAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

“Quando eu digo que vejo um objeto à distância, quero dizer que já o possuo ou que ainda o possuo, ele está no futuro e no passado ao mesmo tempo em que está no espaço” (MERLEAU-PONTY, 1997, p. 306).

Os avanços do mundo na era global demandam que o cidadão saiba utilizar as Tecnologias da Informação e da Comunicação – TICs, para que tenha sucesso em uma sociedade cada vez mais competitiva, conectada e autônoma, no que se refere ao uso das tecnologias.

Todavia, deve-se considerar que:

A característica específica da cegueira é a qualidade de apreensão do mundo externo. As pessoas cegas precisam utilizar-se de meios não usuais para estabelecerem relações com o mundo dos objetos, pessoas e coisas que as cercam: esta condição imposta pela ausência da visão se traduz em um peculiar processo perceptivo, que se reflete na construção cognitiva e na organização e constituição do sujeito (AMIRALIAN, 1997, p. 21).

Nesse sentido, as pessoas com deficiência visual necessitam lançar mão do uso de tecnologias que lhes permitam sair da condição de excluídos digitais.

Considerando que a inclusão digital é uma necessidade inerente desse século, então isso significa que o cidadão do século XXI, entre outras coisas, deve considerar esse novo fator de cidadania, que é a inclusão digital. Esse fator constitui, ainda, uma questão ética, a de oferecer essa oportunidade a todos, ou seja, todo indivíduo tem direito à inclusão digital, e o incluído tem o dever de reconhecer que esse direito deve ser estendido a todos.

A frase de Merleau-Ponty (1997), que se encontra em epígrafe, imprime um sentido conotativo à visão, não se trata de um sentido ligado a um órgão físico. Para ver um objeto à distância e possuí-lo, ou ainda possuí-lo, é necessário que se abstraia, que a representação do objeto, que também não é físico, seja introjetada, ou assim permaneça, simbolicamente.

Ao habitar uma consciência, um objeto poderá estar no futuro e no passado, ao mesmo tempo em que está no espaço. O espaço virtual também permite tal flexibilidade de tempo ao objeto. Sendo assim, para uma pessoa com deficiência visual, que vivencia tempo e espaço de modo distinto do vidente, deveria ser mais fácil compreender o espaço virtual. Entretanto, existem barreiras que devem ser rompidas por meio da inclusão digital.

Dessa forma, inclusão digital é um processo que deve levar o indivíduo à aprendizagem no uso de um programa que leve a sociedade brasileira a entrar na sociedade da informação, possibilitando o fortalecimento da comunidade.

4.1 O processo de inclusão das pessoas com deficiência visual no Brasil

O processo de inclusão social das pessoas com deficiência visual no Brasil possui as suas peculiaridades, pois ao mesmo tempo em que foi pioneiro em algumas ações, outras foram implantadas mais tardiamente, observando-se diretrizes e modelos internacionais.

De acordo com Júnior e Martins (2010), durante o século XIX, foi criado de forma pioneira na América Latina, o Imperial Instituto de Meninos Cegos, conhecido atualmente como Instituto Benjamin Constant, por meio do Decreto Imperial nº 1.428, de 12 de Setembro de 1854.

Durante a primeira metade do século XX, as ações educativas, caritativas

e assistencialistas, caracterizavam as ações existentes para o atendimento das pessoas com deficiência.

Todavia, segundo os mesmos autores (2010, p. 29), no Brasil, a partir da década de 1970:

Observa-se um novo modelo de organização das pessoas com deficiência visual – o modelo associativista. As primeiras associações de cegos surgiram no Rio de Janeiro, resultado de interesses eminentemente econômicos. Os associados eram, em geral, vendedores ambulantes, artesãos especializados na fabricação de vassouras, empalhamento de cadeiras, recondicionamento de escovões de enceradeiras e correlatos.

As novas associações distinguiram-se das ações do governo, caridade e filantropia da sociedade civil, pois surgiam do desejo dos próprios sujeitos cegos, que almejavam melhoria de condições e posição na sociedade.

A Fundação Dorina Nowill para Cegos, que atualmente é uma referência tanto na produção de livros nos formatos braille, áudio e digital, como no atendimento às pessoas com deficiência visual, é um exemplo de associação fundada nesse modelo.

O modelo associativista dos cegos nasceu em um momento de transição de duas visões de mundo: do modelo médico ao modelo social com base nos Direitos Humanos. Nessa época de transição, houve aumento na impressão de livros em Braille, com a instalação da imprensa Braille na Fundação para o Livro do Cego no Brasil, criada em 1946 – atualmente denominada Fundação Dorina Nowill para Cegos –, para possibilitar a educação dos cegos e ampliar o acesso à leitura. A Fundação foi criada por iniciativa de algumas normalistas do colégio Caetano de Campos, em São Paulo. Entre as normalistas estavam Neith Moura e Dorina Nowill que, durante o curso normal, criaram um grupo experimental de educação de cegos que desenvolvia metodologias de ensino e transcrevia manualmente livros para o Braille. O trabalho de transcrição para o Braille transformou-se, após algum tempo, na Fundação para o Livro do Cego no Brasil (JÚNIOR; MARTINS, 2010, p. 29).

A efetiva garantia de direitos e a possibilidade de se criar dispositivos que permitam a promoção da acessibilidade desses sujeitos veio com a Constituição Cidadã, de 1988.

Entretanto, a Damian, Galvão Filho e Rezende (2007, p. 12), apontam que

O processo de construção dos direitos humanos das pessoas com deficiência, no entanto, assim como o de outros grupos discriminados da população, não começa com a legalidade de textos, mas com a legitimidade de ações de pessoas e grupos organizados que, por meio da pressão social, reivindicam direitos humanos e impulsionam a mudança, adequação e implementação da legislação.

Segundo Drezza (2007), a Constituição de 1934 já garantia os direitos à saúde, educação e trabalhos dos sujeitos com deficiência, enquanto que, a Emenda Constitucional nº 12, de 1978, possibilitou o reconhecimento constitucional desses direitos.

A consolidação das normas de proteção e a definição e distinção de deficiência, deficiência permanente e incapacidade, bem como, a definição explícita dos tipos de deficiência veio com o Decreto n. 3.298, de 20 de Dezembro de 1999.

O Decreto n. 5.296, em seu Art. 5º, § 1º, classifica a deficiência visual como:

Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (BRASIL, 2004).

De acordo com Morcelli e Seabra (2014, p. 204), a deficiência visual pode ser compreendida como *“a perda ou redução da capacidade visual em ambos os olhos, com caráter definitivo, não sendo susceptível de ser melhorada ou corrigida com o uso de lentes e/ou tratamento clínico ou cirúrgico”*. Sendo que, distingue-se a cegueira da visão subnormal ou baixa visão.

Chama-se visão subnormal (ou baixa visão, como preferem alguns especialistas) à alteração da capacidade funcional decorrente de fatores como rebaixamento significativo da acuidade visual, redução importante do campo visual e da sensibilidade aos contrastes e limitação de outras capacidades (GIL, 2000, p. 6).

A cegueira e a baixa visão não são os únicos distúrbios da visão, que podem dificultar o acesso às TICs. Segundo Rocha, Alves e Duarte (2011) deve-se considerar o daltonismo como um dos distúrbios da percepção visual, pois ele caracteriza-se pela incapacidade de distinção de cores. Campêlo *et al* (2011), corroboram com essa ideia.

Sendo assim, deve-se compreender que o espectro deficiência visual abriga distintos distúrbios da visão. A cegueira é o mais grave desses distúrbios, pois isso compromete o desempenho do sujeito de forma mais severa.

A compreensão dos sujeitos cegos deve se iniciar pelo entendimento de sua deficiência básica: uma limitação perceptiva. As pessoas cegas são portadoras de uma deficiência sensorial – a – ausência de visão -, que as limita em suas possibilidades de apreensão do mundo externo, interferindo em seu desenvolvimento e ajustamento às situações comuns da vida (AMIRALIAN, 1997, p. 21).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, por meio da Pesquisa Nacional de Saúde – PNS, realizada em 2013, divulgou que 6,2% da população brasileira possui algum tipo de deficiência (auditiva, visual, física e intelectual), sendo que, a deficiência visual a mais representativa, atinge 3,6% dos brasileiros. *Na avaliação por tipo, o Censo mostrou que a deficiência visual atingia 35.774.392 de pessoas* (IBGE, 2010).

A PNS considerou como deficiência visual *“os casos de cegueira de ambos os*

olhos, cegueira de um olho e visão reduzida do outro, cegueira de um olho e visão normal do outro e baixa visão de ambos os olhos” (IBGE, 2015).

De acordo com Rocha, Alves e Duarte (2011), o Decreto 5.296/2004, é a primeira iniciativa legal brasileira que visa à promoção da acessibilidade *web*. Por meio do referido decreto, foi concedido um prazo de doze meses, prorrogável por igual período, a partir da sua data de publicação, em 2 de dezembro de 2004, para que os *websites* governamentais estabelecessem a acessibilidade.

A iniciativa brasileira surgiu em conformidade com as diretrizes internacionais do *World Wide Web Consortium - W3C/WAI - Web Accessibility Initiative* (MORCELLI e SEABRA, 2014; ROCHA, ALVES e DUTRA, 2011).

O *World Wide Web Consortium - W3* é um consórcio de empresas, fundado em 1994 por Tim Berners Lee, que tem como finalidade regulamentar os assuntos ligados à *Web* e elaborar normas padrão para a construção de seus conteúdos. Já o *Web Accessibility Initiative (WAI)*, é um grupo de trabalho criado pelo W3C em 1999, com a missão de criar estratégias, diretrizes, orientações e recursos que auxiliem na construção e implementação da acessibilidade *web* (ROCHA, ALVES e DUARTE, 2011).

O Modelo de Acessibilidade do Governo Eletrônico (e-MAG) foi lançado em 2005, objetivando “atender e proporcionar acessibilidade dos sites e portais governamentais” (MORCELLI e SEABRA, 2014), já que, embora o Decreto 5.296/2004, “*determine a acessibilidade em websites governamentais brasileiros*” (ROCHA, ALVES e DUARTE, 2011, p. 81), mas não apresenta as orientações para sua implantação.

Em 2010 o Governo Eletrônico (e-GOV) lançou a cartilha Padrões Brasil e-Gov: Cartilha de Usabilidade, *que fornece recomendações de boas práticas na área digital, com o objetivo de aprimorar a comunicação, o fornecimento de informações e serviços prestados por meios eletrônicos pelos órgãos do Governo Federal* (BRASIL, 2010).

Cabe então diferenciar os termos acessibilidade e usabilidade, que embora estejam relacionados, são distintos.

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (2004), acessibilidade é a “*possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos*”. Sendo assim, compreende-se como “acessível tudo aquilo que pode ser usado por qualquer pessoa, independentemente de sua condição física” (ROCHA, ALVES e DUARTE, 2011, p. 79).

A Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), sancionada pela presidenta da República, Dilma Roussef, amplia o conceito de acessibilidade. De

acordo com a referida lei:

Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015).

A ABNT por meio da NBR 15599/2008, define usabilidade como:

Medida da experiência e satisfação de um usuário ao interagir com um produto ou um sistema, seja um site, um software ou todo dispositivo operado por um usuário. A usabilidade é uma combinação dos fatores que afetam a experiência do usuário com o produto ou o sistema, quais sejam: facilidade de aprendizagem, eficiência do uso, memorização, frequência de erros e severidade, satisfação subjetiva (ABNT, 2008).

Dessa forma, enquanto a acessibilidade diz respeito a tornar disponíveis, locais, produtos, serviços e informações ao maior número de pessoas, independente de suas capacidades físico-motoras, perceptivas e culturais, a usabilidade refere-se à avaliação da qualidade da interação entre os usuários e as interfaces (BRASIL, 2010).

Embora o processo de acessibilidade dos sujeitos com deficiência visual tenha ocorrido de forma mais expressiva a partir do sistema braile, diversos foram os avanços no sentido de romper as barreiras impostas pela sociedade.

A evolução dos diversos elementos tecnológicos do cotidiano da pessoa com deficiência visual teve como ponto de partida a bengala, e hoje, com os avanços proporcionados pela informática, abrange tecnologias muito conhecidas como a escrita Braille, o ábaco, a impressora Braille, leitores de tela, computadores de mão, mouses para cegos, teclados especiais etc (DAMIAN, GALVÃO FILHO E REZENDE, 2007, p. 51).

Uma das ferramentas de acessibilidade é a e-acessibilidade ou acessibilidade *web*.

Seu propósito é possibilitar acesso democrático a ferramentas, websites, aplicativos e serviços baseados na grande rede mundial de computadores. Objetiva a percepção, compreensão, navegação e interação de pessoas com deficiência (permanentes ou temporárias) com o conteúdo oferecido pelos websites. Tem a missão de remover barreiras que dificultam ou impossibilitam a compreensão e o acesso à informação em ambientes Web (ROCHA, ALVES e DUARTE, 2011, p. 80).

Considerando que o acesso à informação é um direito garantido por lei e que os critérios de acessibilidade e de usabilidade determinam que qualquer pessoa deva ter acesso às ferramentas que tornam as informações acessíveis, deve-se ponderar sobre as tecnologias que cumprem tal função.

4.2 Tecnologias Assistivas

Em seu art. 63, a Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), sancionada pela presidenta da República, Dilma Roussef, determina que:

É obrigatória a acessibilidade nos sítios da *internet* mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente (BRASIL, 2015).

Entretanto, para que uma pessoa com deficiência visual possa utilizar bem a *internet*, será necessário fazer uso de ferramentas que proporcionem maior acessibilidade e usabilidade ao meio tecnológico e à informação, a fim de possibilitar uma maior independência dessas pessoas. A essas ferramentas, atribui-se o nome de tecnologias assistivas.

Nesse sentido, tecnologias assistivas são ferramentas de apoio que possibilitarão que uma pessoa com deficiência possa realizar uma tarefa específica, como acessar a *internet*. Esses recursos podem ser dispositivos físicos, *softwares* etc.

Cabe destacar que, por tecnologias, considera-se a perspectiva adotada por Lévy (1993), que as percebe como tecnologias intelectuais que ampliam e modificam as funções cognitivas dos sujeitos, na medida em que favorecem a criação e a invenção de problemas.

As tecnologias assistivas mais utilizadas (ROCHA, ALVES e DUARTE, 2011; MORCELLI e SEABRA, 2014), são: a impressora *Braille*, ferramenta capaz de imprimir os textos exibidos no computador em *Braille*; o *thermoform*, dispositivo similar a uma copiadora que produz mapas, formas e figuras em alto-relevo; os monitores especiais, que por serem maiores que os convencionais, ampliam o conteúdo exibido e, os famosos leitores de tela, que são *softwares* que acessam os conteúdos exibidos na tela do computador e por meio de sintetizadores de voz, os transforma em áudio.

De acordo com Rocha, Alves e Duarte (2011), os leitores de tela mais utilizados no Brasil, por pessoas com deficiência visual são *Jaws for Windows*², *Virtual Vision*³, *NVDA*⁴ e *Orca*⁵. Já Morcelli e Seabra (2014), citam o *Dosvox*⁶, o *Virtual Vision* e o *Jaws*.

Os *softwares* possibilitaram que os sujeitos com deficiência visual tivessem

2 Consulte maiores informações em: <<http://www.freedomscientific.com/products/fs/jaws-product-page.asp>>

3 Consulte maiores informações em: <<http://www.virtualvision.com.br/index.html>>

4 Consulte maiores informações em: <<http://www.nvda-project.org/>>

5 Consulte maiores informações em: <<http://live.gnome.org/Orca>>

6 Consulte maiores informações em: <www.intervox.nce.ufrj.br/dosvox/intro.htm>

mais autonomia e independência, pois com o auxílio desses, esses sujeitos podem realizar tarefas sem depender de outras pessoas, como usar bem o computador e acessar à *internet*. Entretanto, a pesquisa realizada por Morcelli e Seabra (2014), evidenciou um limitador, uma vez que todos os participantes da pesquisa declararam que o *Jaws* é o melhor *software* disponível no mercado, mas que nem todos o utilizam, devido a seu alto custo (por volta de R\$ 600,00 a licença de uso), preferindo *Dosvox* e o *Virtual Vision* por serem gratuitos, porém sem contar com o mesmo desempenho.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O respeito aos direitos humanos não pode se limitar aos direitos civis e políticos. A simples existência de leis que visam a garantia de direitos, como por exemplo, as leis de acessibilidade, não garantem que os direitos humanos sejam atendidos em todas as suas dimensões e demandas.

A Constituição Federal em seu artigo 5º dispõe que *“todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade”*, entre outros. Sendo assim, em teoria, o deficiente visual possui os mesmos direitos que os demais cidadãos. Entretanto, segundo Damian, Galvão Filho e Rezende (2007, p.12), deve-se considerar que a discriminação enfrentada por eles *“é resultado de um longo processo histórico, de exclusão”*, que criou vulnerabilidades sociais.

Nesse sentido, as tecnologias assistivas colaboram para a inclusão digital de pessoas com deficiência visual, o que possibilita a inclusão social dessas pessoas. Entretanto, as fragilidades percebidas devem ser consideradas para que não se faça uma inclusão perversa, que tende a gerar o inverso da ideia inicial, que é o de incluir em sua plenitude. Dessa forma, caso não seja garantido o acesso às tecnologias, os sujeitos que não podem pagar pela tecnologia com o melhor desempenho, que supre as suas reais necessidades, estarão dentro, mas não incluídos. Permanecerão à margem por terem sido incluídos de qualquer maneira, por fazerem parte de um processo que inclui para excluir.

Deve-se considerar ainda que, *“no caso das pessoas com deficiência, a acessibilidade ou o direito à reabilitação, por exemplo, podem permitir ou viabilizar o exercício de outros direitos: o acesso ao trabalho, à educação, ao lazer”* (DAMIAN, GALVÃO FILHO e REZENDE, 2007, p. 11).

Sendo assim, considerando-se a expressividade da deficiência visual no Brasil, que atinge 3,6% dos brasileiros, a garantia de acesso das pessoas com essa deficiência às tecnologias, dentro dos critérios de acessibilidade e usabilidade, permitirá um processo de inclusão social mais efetivo e coeso. Portanto, avalia-se

a inclusão digital um forte constituinte e garantidor da inclusão ou exclusão social.

Entretanto, para que se possa compreender a efetividade do processo de inclusão digital no processo de inclusão social das pessoas com deficiência visual, há a necessidade de produzir novas pesquisas qualitativas e quantitativas, nas quais se considere a perspectiva desses sujeitos e a sua representatividade nos dados estatísticos.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Alex Sander. **Internet em Braille**. Agência FAPESP. Disponível em: <http://agencia.fapesp.br/internet_em_braille/10644/>. Acesso em: 15 jul. 2016.

ALONSO, Luiza Beth Nunes; FERNEDA, Edilson; SANTANA, Gislane Pereira. **Inclusão digital e inclusão social**: contribuições teóricas e metodológicas. Barbaroi, Santa Cruz do Sul, n. 32, p. 154-177, jun. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782010000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 22 ago. 2019.

AMARAL, L. A. **Conhecendo a deficiência** (em companhia de Hércules). São Paulo: Robe Editorial, 1995.

AMIRALIAN, M. L. T. M. **Compreendendo o cego**: uma visão psicanalítica da cegueira por meio de desenhos-estórias. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

_____. **Psicologia do excepcional**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

ANDRÉS, Aparecida. **Pessoas com deficiência nos censos populacionais e educação inclusiva**. Brasília: Consultoria Legislativa – Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em: <www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/...da.../2014_14137.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 2050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **NBR 15599**: Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Decreto nº 1.428, de 12 de setembro de 1854**. Crea nesta Côrte hum Instituto denominado Imperial Instituto dos meninos cegos. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1428-12-setembro-1854-508506-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

_____. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 28 ago. 2019.

_____. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 28 ago. 2019.

_____. **Legislação brasileira sobre pessoas com deficiência**. 7. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. <<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/edicoes/paginas-individuais-dos-livros/legislacao-brasileira-sobre-pessoas-portadoras-de-deficiencia-1>>. Acesso em: 04 jul. 2019.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 17 set. 2019.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **e-MAG: Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MP, SLTI, 2011.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **Padrões Brasil e-Gov: Cartilha de Usabilidade**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Brasília: MP, SLTI, 2010. Disponível em: <<http://epwg.governoeletronico.gov.br/cartilha-usabilidade>>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRECHT, B. **Poemas**: 1913-1956. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Ed. 34, 2000.

CAMPÊLO, Robson A. *et al.* **Inclusão digital de Deficientes Visuais**: O uso da Tecnologia Assistiva em Redes Sociais online e Celulares. Anais do Computer on the Beach, p. 109-118, 2011.

DAMIAN, H.; GALVÃO FILHO, T. A.; REZENDE, A. L. A. **Inclusão digital e social de pessoas com deficiência**: textos de referência para monitores de Telecentros. Brasília: UNESCO, 2007.

DREZZA, Eduardo José. **Inclusão no ensino superior**: relato de experiência sobre uma política de inclusão na Universidade Cidade de São Paulo. 2007. 76 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FEDERAL. **Pessoa com Deficiência** – Legislação. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR); Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD), 2012. Disponível em: <www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-com-deficiencia/legislacao-arquivos/legislacao-1>. Acesso em: 04 jul. 2019.

GIL, Marta (org.). **Deficiência visual**. Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf>> Acesso em: 26 ago. 2019.

IBGE (2010). **Censo Demográfico 2010**: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/default_caracteristicas_religiao_deficiencia.shtml>. Acesso em: 07 jul. 2019.

IBGE (2015). Pesquisa nacional de saúde - 2013: ciclos de vida: Brasil e grandes regiões / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94522.pdf>>. Acesso em 14 jul. 2019.

JÚNIOR, Lanna; MARTINS, Mário Cléber (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência**. São Paulo, SP: Ed. 34, 1993.

MARTIN-BARÓ, I. Las raíces estructurales de la violencia. In: MARTIN-BARÓ, I. **Poder, Ideologia y violencia**. Madrid: Trotta, 2003.

MERLEAU-PONTY, M. **Parcours** – 1935-1951. Lagrasse: Verdier, 1997.

MORCELLI, Rodrigo Dias; SEABRA, Rodrigo Duarte. **Inclusão Digital e Deficiência Visual**: análise do uso de ferramentas de comunicação pela internet. **INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO: teoria & prática**. Porto Alegre, v. 17, n. 1, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/InfEducTeoriaPratica/article/view/42852/29981>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

PIMENTEL, M. G. ***Inclusão digital e usuários com deficiência visual no DF: *estudo de acessibilidade na sociedade da informação**. 2011. 352 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Faculdade da Ciência da Informação da Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

ROCHA, J. A. P.; ALVES, C. D.; DUARTE, A. B. S. **E-acessibilidade e usuários da informação com deficiência**. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 5, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/12426>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Aline Maria da. **Educação especial e inclusão escolar**: história e fundamentos. Curitiba: Ibpx, 2010.

UNESCO. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Brasília: Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, 2009.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afetividade 28, 47, 51, 52, 54, 55, 57, 208, 268

Amazônia 110, 111, 112, 113, 118, 119

Aplicação 32, 36, 37, 40, 43, 58, 88, 96, 97, 100, 120, 121, 123, 124, 126, 128, 130, 145, 158, 179, 198, 199, 200, 201, 259, 261, 265, 266, 278

Aprendizagem 24, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 46, 48, 50, 52, 53, 54, 63, 70, 104, 105, 107, 109, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 128, 129, 130, 140, 141, 143, 145, 146, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 175, 177, 178, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 202, 207, 210, 214, 220, 221, 222, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 236, 237, 238, 239, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 276, 278, 296, 300, 301, 303, 305

Aprendizagem significativa 32, 40, 128, 154, 184, 186, 251, 252

C

Caderno virtual 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130

Competência de leitura e escrita 82

Concurso público 100, 102, 104

Contextualização 135, 140, 143, 145, 146, 148, 149, 176, 248, 303

Criança 2, 4, 5, 7, 16, 24, 25, 30, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 64, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 185, 186, 187, 194, 201, 203, 259, 260, 261, 263, 264, 265, 269, 272, 273, 291

D

Deficiência intelectual 152, 153, 154, 157, 158, 159, 162, 164, 165, 166, 167, 169

Deficiência visual 203, 204, 205, 207, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219

Didática 53, 104, 105, 122, 167, 177, 196, 277, 287

Discurso de ódio 88, 97

E

Educação a distância 104, 131, 170, 173, 181, 203, 218

Educação do campo 105, 109

Educação sensível 110, 111, 113, 116

Ensino de arte 132

Ensino médio 20, 21, 22, 23, 26, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 41, 58, 97, 101, 102, 132, 133, 134, 136, 139, 141, 142, 143, 144, 147, 148, 149, 150, 228, 229, 230, 231, 244, 245, 247, 253, 255, 303

Ensino médio e superior 143

Ensino médio integrado 20, 21, 22, 23, 26, 29, 31, 97

Ensino-pesquisa-extensão 56, 58

Escrita 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 70, 82, 83, 84, 125, 127, 171, 187, 207, 214, 231, 232, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 288, 289, 291, 295, 296

Experiência 21, 22, 26, 27, 29, 30, 46, 48, 49, 65, 66, 68, 69, 70, 73, 74, 82, 104, 106, 108, 109, 115, 116, 118, 134, 136, 140, 141, 156, 158, 167, 182, 196, 198, 214, 218, 227, 232, 244, 252, 288, 289, 290, 291, 296, 304

F

Feminino 9, 60, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 118, 229

Formação 6, 9, 22, 23, 24, 31, 35, 41, 46, 47, 50, 55, 56, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 77, 87, 88, 98, 101, 102, 107, 109, 112, 120, 121, 122, 125, 126, 128, 129, 130, 132, 134, 136, 137, 140, 143, 144, 145, 146, 150, 162, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 194, 195, 196, 197, 199, 202, 222, 223, 227, 229, 230, 231, 233, 234, 239, 244, 246, 247, 249, 252, 253, 257, 261, 271, 273, 276, 279, 280, 281, 282, 283, 287, 297, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307

Formação docente 68, 71, 120, 126, 128, 130, 178, 180, 197

Formação pedagógica 120, 170, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181

I

Iemanjá 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119

Inclusão digital 69, 70, 74, 203, 204, 205, 209, 210, 216, 217, 218, 219

Inclusão social 68, 69, 70, 81, 100, 203, 204, 205, 207, 208, 210, 216, 217, 219, 305

Intolerância 88, 90, 91, 97, 98, 99

Isomeria geométrica 32, 33, 34, 36, 40

J

Jovens 20, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 139, 157, 161, 179, 180, 207, 222, 228, 229, 274

L

Lei dos grandes números 43

Leitura 15, 26, 27, 37, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 70, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 115, 117, 126, 132, 135, 139, 140, 141, 165, 169, 187, 200, 201, 207, 211, 220, 232, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 288, 296, 303

Leitura extraclasse 82, 84, 85, 87

Letramento o digital 68

Liberdade de expressão 88, 89, 90, 95, 97, 98, 99

Licenciatura 35, 71, 72, 74, 81, 131, 170, 173, 174, 180, 181, 198, 235

Liga acadêmica 56, 57

Língua de sinais 120, 122, 125, 126

Lúdico 35, 40, 41, 63, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 253, 273

M

Matemática 42, 45, 68, 100, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 133, 138, 139, 147, 150, 169, 173, 174, 203, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 244, 257

Metodologias 32, 33, 36, 52, 53, 58, 64, 70, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 152, 157, 167, 170,

180, 202, 211, 220, 222, 230, 231, 232, 233, 234, 237, 238, 247, 260, 304

Mídia digital educativa 120, 123

P

Palavras cruzadas 32, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 53

Poética oral 110, 111

Práticas de acolhimento 20, 23, 24, 27, 30

Probabilidade 43, 44, 45, 102, 108

Produção textual 20, 26, 82, 84, 85, 87

Programa mulheres mil 68, 75, 76, 78

R

Recurso didático 32, 41, 122, 128, 166

Recurso metodológico 38, 152, 153, 165, 166

Recursos pedagógicos 198

S

Sexualidade 1, 3, 4, 5, 7, 16, 17, 18, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 307

Significação 47, 50, 115, 235

Sujeito ativo 82, 162

T

Tecnologias assistivas 203, 206, 215, 216

Tolerância 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 271

